



# Anais da Assembléia

Nº 191

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volodimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belfinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 03ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1992**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Dalton Machuca e Dirceu Manfrinato (04). Achando-se em licença o seguinte Senhor Deputado: Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E**

**Ofício:**

OF. Nº ACN 083/92  
 Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 69 do Regimento Interno, comunicamos oficialmente a Vossa Excelência a renúncia ao nosso mandato de Deputado Estadual, tendo em vista

que a partir de 1º de janeiro de 1993 estaremos investido do cargo de Prefeito do Município de Toledo, pela vontade expressa em voto da absoluta maioria da população toledana.

Auguramos ao nosso sucessor e aos Pares que permanecem no exercício da nobre missão, parlamentar os melhores votos de êxito, e a Vossa Excelência, Senhor Presidente, nosso respeito e estima.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(a) ALBINO CORAZZA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2140**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Inversão na discussão e votação dos projetos constantes na Ordem do Dia, da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(a) DUILIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 2141**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário votação nominal para o Projeto de Lei nº 430/92, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 23.12.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

**REQUERIMENTO Nº 2142**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o arquivamento do projeto de lei nº 414/92, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 2144**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de sessão(ões) extraordinária(s) após a presente sessão, tantas quantas forem necessárias, bem como dispensa de interstício, com o objetivo de apreciar, em várias discussões, as matérias que necessitem ter sua tramitação finalizada.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2130**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a

transformação desta Assembléia em Comissão Geral, durante a sessão plenária do dia 22 de dezembro, a fim de emitir o competente parecer sobre as eventuais emendas de Plenário que venham a ser apresentadas aos Projetos n.ºs 436/92, que fixa, a partir de 1.º de janeiro próximo, os níveis de vencimentos dos professores regionalistas e sem habilitação, e 437/92, que acresce parágrafos ao art. 11, da Lei Complementar n.º 56, de 18 de fevereiro de 1991.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(aa) ADEMAR TRAIANO  
CARLOS SIMÕES  
GERALDO CARTARIO  
RENATO ADUR  
OSWALDO TREVISAN  
DIRCEU MANFRINATO  
CLEITON KIELSE  
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
NELSON GARCIA  
HEINZ HERWIG  
JOÃO ARRUDA  
DUILIO GENARI  
NILTON BARBOSA  
DOBRANDINO DA SILVA  
EURIDES MOURA  
HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N.º 2143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a constituição de Comissão Geral para apreciação de emendas apresentadas aos projetos de lei a serem discutidos e votados nesta sessão ordinária e nas sessões extraordinárias convocadas para a data de hoje.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(aa) JOÃO PREIS  
CLEITON KIELSE  
RENATO ADUR  
DUILIO GENARI  
COSTENARO NETO  
LUIZ ANTONIO SETTI  
OSWALDO TREVISAN  
ROSSONI  
ARLINDO TROIAN  
DOBRANDINO DA SILVA  
TOTI COLAÇO  
DOMINGOS CARVALHO  
ORLANDO PESSUTI  
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA  
NEIVO BERALDIN  
SEVERINO FELIX  
ALCEU SWAROWSKI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a inversão na discussão e votação dos projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Ofício n.º ACN 083/92, subscrito pelo Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente, comunicando sua renúncia ao mandato de Deputado Estadual, tendo em vista que a partir de 1.º de janeiro de 1993, assume o cargo de Prefeito Municipal de Toledo. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo n.º 012/92, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui a Gratificação de representação ao Presidente da Assembléia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 012/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica instituída a Gratificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A gratificação que trata o "caput" deste artigo, corresponderá ao valor do subsídio pago aos Deputados Estaduais.

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15 de fevereiro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Luiz Carlos Martins  
JUSTIFICATIVA:

A grande maioria das Assembléias Legislativas concedem aos seus Presidentes uma gratificação em função do cargo de representação que eles exercem. Gratificação esta que também é paga aos chefes dos outros poderes.

Com esta proposição não se está inovando nada, apenas copiando-se aquilo que já existe na maioria dos Poderes Legislativos do País.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 12792

P A R E C E R:

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade instituir a Gratificação de Representação ao Presidente da Assembleia Legislativa.

Motivo da apreciação por esta Comissão Executiva, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação do Projeto de Decreto Legislativo em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.12.92

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 011/92, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/92

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A remuneração do Governador do Estado, para o exercício de 1993, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 20 (vinte por cento) a título de ajuda de custo;

Art. 2º - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1993, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de ajuda de custo;

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de primeiro de janeiro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Luiz Carlos Martins, Antônio Annibelli

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente Decreto Legislativo é cumprir o disposto no art. 54, inciso VIII da Carta Estadual, que determina:

"art. 54 - Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

VIII - fixar, para cada exercício financeiro, a remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado;"

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade fixar remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná.

A Constituição Estadual, no seu art. 54, inciso VIII, determina que compete, privativamente, à Assembleia Legislativa fixar, para cada exercício financeiro, a remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado.

Nestas condições, cumpridas que foram as prerrogativas constitucionais, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.12.92

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 151/92, que objetiva instituir a Taxa Ambiental pelos serviços de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Sem pareceres. (Publ. no D.A. nº 185 de 15.12.92 - Mens.). Em votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Para encaminhar, Senhor Presidente. Em primeiro lugar o Projeto de Lei nº 430/92 na Ordem do Dia aparece sem pareceres. Ele teve o parecer duas vezes rejeitado na Comissão de Justiça.

Gostaríamos que todos os Senhores Deputados prestassem atenção neste projeto porque vem em hora inoportuna para criar uma Taxa Ambiental, quando a maioria dos produtores e interessados não terão condições de mais esta sobrecarga que será instituída pelo IAP.

Gostaria que os Senhores Deputados aqui presentes atentassem que este projeto por duas vezes foi rejeitado na C.C.J.

Pediria a todos os Senhores Deputados que votassem contrário ao Projeto de Lei nº 430/92, porque irá prejudicar todos os agricultores do Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem de Vossa Excelência. Realmente o projeto foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós neste momento conclamamos aos Senhores Deputados para que, embora tendo sido merecida a desaprovação a nível de Comissão de Constituição e Justiça, a nível de Plenário este Projeto que institui a Taxa Ambiental pelos serviços de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná, oriundo da Mensagem nº 151/92, firmado pelo Governador Roberto Requião, seja

aprovado por esta Casa.

Passo a ler as justificativas, as razões, pelas quais o Governador Roberto Requião propõe a aprovação desta matéria. A medida legal preconizada no plano de lei ora encaminhado, consulta os superiores interesses da administração e decorre de expediente a mim dirigido pelo Secretário de Estado da Fazenda e pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, cujo teor é adiante transcrito:

"Tendo em vista ajustar e atualizar o sistema de taxas pelo exercício do poder de Polícia e pela prestação de serviços públicos, a Secretaria da Fazenda, o Instituto Ambiental do Paraná, desenvolveram estudos que resultaram nas proposições dos dois anteprojetos de lei que encaminhamos a Vossa Excelência.

A primeira, consiste na revogação da legislação relativa as taxas e fundos concernentes à questão de terras, que apesar de se encontrar em desuso demanda os mesmos controles contábeis que os tributos em vigor, implicando em custos administrativos, especialmente de processamentos de dados.

A segunda, objetiva a organização de um único sistema para cobrança de taxas em serviços de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná, visando sua modernização, agilização e atualização dos valores em UTF-Paraná, bem como a melhoria do desempenho dos serviços prestados pelo Instituto.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração."

O -que pretende o Governador Roberto Requião após ouvido o Secretário da Fazenda, ex-Secretário do Meio Ambiente? Nada mais é do que dar maior agilidade a burocracia de arrecadação do Estado, visando com isso criar condições para que o Instituto Ambiental do Paraná, recentemente criado por esta Assembléia Legislativa, bem como também a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, recentemente criada por esta Assembléia Legislativa, possam ter mais praticidade nas suas ações; porque hoje isto já se cobra sobre outros títulos, inclusive o Governador nos menciona que está também eliminando a legislação, a revogação da legislação, a taxas de fundos concernentes às questões de terras.

Porque veja Vossa Excelência, Senhor Presidente, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e o Instituto Ambiental do Paraná foram criados no momento da maior importância de todo o Universo, em cima e posteriormente da realização da ECO-92 aqui no Brasil, onde todas essas questões foram colocadas.

E não adianta evidentemente criarmos uma Secretaria, criarmos um Instituto Ambiental unificando o ITCF à SURHEMA e depois não darmos a eles os mecanismos, os instrumentos para que possam desenvolver corretamente e com agilidade as suas tarefas. Não se está criando nada além daquilo que já existe hoje, está apenas se ajustando as coisas, está apenas se modernizando as coisas e está apenas atribuindo um fator de correção ao UDF para aquilo que for de direito receber o Instituto.

Porque hoje todos sabemos, num momento de inflação, num momento de economia inflacionada nós precisamos ter o índice, termos um parâmetro para que o Estado não perca também em arrecadação e consequentemente não venha a parecer o Instituto Ambiental do Paraná, que foi por nós criado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. E não poderemos também deixar de levar em consideração Senhor Presidente as ponderações feitas por uma das mais ilustres figuras do campo Jurídico e Tributário, que é o Doutor Heron Arzua, Secretário da Fazenda, que afirma que precisa dessa transformação para que possa ter agilidade, para que possa processar com mais segurança, com mais tranquilidade as coisas.

Então, eu entendo que aquilo que está aqui sendo proposto não é inconstitucional, porque cabe realmente ao Governador propor a implantação de taxas nos serviços desenvolvidos pelo Poder Público razão pela qual nós entendemos que o parecer contrário da C.C.J. não tinha razão de ser porque tinha que ser embasado na constitucionalidade e na legalidade da proposta. E uma proposta legal, é uma proposta constitucional. O mérito sim, vamos discuti-lo até agora, e dentro do mérito nada mais estamos dispondo do que dar ao Instituto Ambiental do Paraná que foi por nós criado, à Secretaria do Meio Ambiente que foi por nós criado e cuja criação recebeu dessa Assembléia a aprovação unânime e foi enaltecida, não poderemos, agora, criar um instituto, criar uma Secretaria e depois não dar a ela as condições mínimas que a modernidade exige para que possa funcionar a contento.

Diante disso reitero aos Senhores Deputados que aprovemos o projeto de lei, evidentemente não concordando com a manifestação da Comissão de Justiça pela qual temos todo respeito, evidentemente.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, o nobre Deputado Orlando Pessuti disse pura balela até agora, realmente o aumento de taxa onde serão taxadas toda mata Atlântica e todas as áreas de reserva indígena, de reserva de mata no Estado do Paraná, esses agricultores e esses proprietários já têm uma gama

enorme de leis contra a sua propriedade, e agora, para compensar, como presente de Natal, mais uma taxa do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, achamos justo que o Estado procure viabilizar o trabalho do Instituto aqui criado por esta Assembléia, mas, criar mais taxas principalmente na área rural que está pagando hoje o maior preço pela situação que se encontra a agricultura, o agricultor e o proprietário rural, é simplesmente inconcebível, nós acreditamos até que o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça se prende a isto, mais uma taxa em cima do agricultor que não tem uma política agrícola definida, que não tem uma situação estável, é simplesmente penalizar ainda mais a situação da maioria dos proprietários de terras do Estado do Paraná. Por isso, a Comissão de Constituição e Justiça foi contrária e nós confirmamos a nossa posição aqui de não aceitar, de não concordar com esta taxa a mais na vida desses agricultores, desses proprietários que para sobreviverem nesses últimos anos têm sido verdadeiros artistas, têm sido verdadeiros malabaristas, por isso nossa posição é contrária a essa postura do Governo do Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para desautorizar o que disse o Deputado Lourenço Fregonese, porque está escrito aqui, Artigo 4º: "Fica isenta da taxa ambiental a inspeção florestal prestada a imóveis rurais localizados em áreas protegidas por leis específicas, e a de imóvel com área de até 15 hectares quando residência fixa do contribuinte." Então não é uma balela, não é uma coisa sem uma análise, todas aquelas áreas que possuem legislação de proteção específica todo e qualquer serviço ali desenvolvido estará isento da taxa ambiental. Portanto, parece-me que não é verdadeira a afirmação do Deputado que nós vamos punir esse ou aquele setor.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós escutamos aqui há alguns dias atrás uma homenagem muito justa prestada ao Desembargador Renato Pedroso que disse, que a lei é a fonte do direito, e cabe a nós legisladores legislarmos e criarmos nossas leis.

O que eu quero contestar nesse momento, aqui, é a inoportunidade dessas leis ao apagar das luzes do ano legislativo exatamente para criar mais novas taxas. Discordo do eminente Líder do Governo, que diz que não se está criando mais novas ta-

xas. Sim, se está criando mais problemas ainda à Mata Atlântica, ao problema indígena, aos pequenos agricultores. E disse bem o Deputado Maia: não é o momento de se criar mais taxas, principalmente para os pequenos agricultores.

Eu não posso neste instante aqui concordar pela intempestividade do projeto ao apagar das luzes, sem uma discussão mais ampla e prejudicarmos ainda mais, com mais taxas, mais tributos àqueles que não têm condições de sobrevivência.

Fica aqui já o meu voto declarado e o meu pedido para que nós joguemos isso para o ano que vem, uma vez que se criou - e aqui criou-se a mania de se criar -, e aprovado nesta Casa este novo instituto, mas que ele viva com as próprias pernas; ele que comece a andar e nós criamos mecanismos a partir do ano que vem para que ele possa caminhar.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é lamentável que o Líder do Governo defenda este projeto, ainda mais porque Sua Excelência é o Presidente do Bloco Agropecuário da Assembléia Legislativa do Paraná. Melhor seria se o Líder do Governo convocasse uma reunião do Bloco Agropecuário para uma análise daquele órgão sobre este projeto.

Então, nós Deputados membros do Bloco Agropecuário, deveríamos analisar todos os artigos desta Mensagem Governamental, as suas implicações, o aumento que causaria no meio rural, enfim. Nós já estamos cansados, a agricultura está muito penalizada neste País. Não é possível que continue sendo penalizada e que, ao encerrar o ano de 1992, novas taxas sejam criadas em prejuízo da nossa agricultura.

Devemos salientar ainda aos Senhores Deputados que foi criada uma taxa de previdência rural de 3% sobre os produtos agrícolas colhidos neste País, o que virá, mais uma vez, atingir diretamente a agricultura e a pecuária no Brasil.

De modo que eu sugeriria ao Líder do Governo que retirasse esta Mensagem Governamental e que reunisse o Bloco Agropecuário, de cujo Bloco ele é o Presidente reeleito e que se conduz muito bem na defesa da agricultura e da pecuária. Desta forma, nós teríamos condições melhores para analisar esta Mensagem Governamental.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, esta Casa está reu-

nida em período extraordinário. A criação de novas taxas, novos impostos, devem ser feitos neste período, se esta Casa decidir, em função da exigência constitucional, da anterioridade da lei: não se pode criar taxas, impostos no mesmo exercício e pô-los em execução. E nós estamos diante de uma proposta do Executivo nesse apagar das luzes de 92, lamentavelmente quase sempre acontece isso nesses períodos extraordinários de convocação desta Casa.

Eu fico aqui a me perguntar, eu que estou procurando entender um pouco desta Mensagem, a minha burrice não chega a alcançar o objetivo prático da proposta. Eu não sei, aqui fala em licença para classificação de cotas, empreendimento. Que tipo de empreendimento? Fala em número de empregados. Do quê? Para fazer o quê? Construir o quê? Não diz nada.

A Casa sabe, eu tenho votado com as mensagens do Senhor Governador, confio no bom senso de Sua Excelência no interesse das coisas maiores do Estado e vou votar a favor, mas voto com a preocupação de que esses valores não sejam os condizentes com a oportunidade que esteja vivendo o País e aprovada a proposta, já em janeiro, no exercício do ano que vem, no próximo período ordinário serei um dos primeiros a me irmanar com o Deputado Colombino Grassano e outros para alterar esse projeto, se for aprovado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Importa dizer que a mensagem governamental represente instrumento tributário já existente na legislação, a taxa que se diz no art. 1º estaria sendo instituída por essa mensagem, já existe por legislação referida no próprio projeto que data de 1972, portanto não é coisa nova.

O que se propõe aqui, disse o nobre Líder da Bancada do Governo é propor garantia do instrumento de atualização dessa taxa que já existe no sistema e na tarefa de polícia que tem a administração pública.

Nós vamos ter a apreciação hoje aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados de outras questões relativas aos tributos do Estado e o que se observa é uma contradição muito clara, de um lado nós temos uma posição liberal que visa o estado mínimo, visa reduzir inclusive basicamente a capacidade de investimentos do Estado, mas por outro lado, visa manter grandes estruturas.

Eu acompanhava o pronunciamento do Deputado Colombino Grassano, ainda recente, quando defendia a manutenção do BADEP, cujos recursos necessários para manutenção de uma instituição como aquela, evidente-

mente, são recursos oriundos do poder de tributação do Estado.

Então nós temos uma contradição, de que de um lado se pretende investimentos do setor público, no setor privado e fomento econômico às atividades privadas e por outro lado, toda vez, como nós vamos apreciar aqui o IPVA, como nós estamos apreciando aqui o instrumento que viabiliza o órgão fiscalizador de meio ambiente, o órgão fiscalizador ambiental do Estado, nós nos temos por posição de princípio contra a elevação de taxas, contra a instituição de taxas ou mesmo contra a regulamentação de taxas visando a sua aplicabilidade prática, como é o caso concreto.

Então, me parece, é preciso que nós possamos ter aqui uma posição de coerência, quando se diz o estado mínimo, isto é, o estado incapaz de se realizar investimentos, o estado incapaz de exercer o seu poder de polícia, o estado incapaz de realizar os seus objetivos de natureza pública e que atendam o conjunto da população, nós aí temos que tomar uma posição clara, o Estado não realiza estradas, o Estado não promove fiscalização ambiental, o Estado enfim se ausenta da atividade econômica, social e política do Estado do Paraná. Então, é melhor eliminar o Estado por essa concepção. O Estado mínimo, é o Estado que na verdade desconsidera todas as questões que estão postas na sociedade.

Como é que se realiza a política administrativa no setor ambiental, se não com a pagadoria que pode fazer a população. Não há outro meio. Eu acho que existem muitas taxas, e disse bem aqui o Deputado Colombino Grassano, existem muitos tributos e são indevidamente cobrados dos agricultores, mas não se trata e não é o caso desse tributo, não é o caso dessa taxa que visa assegurar o poder de polícia, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e ao Instituto Ambiental do Paraná, que na verdade é o principal fato político no campo da atividade ambiental do Estado. O principal fato político dos últimos anos consistiu justamente na unificação das entidades e órgãos do setor ambiental.

De modo então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se está criando uma taxa, apenas o que se garante aqui é a atualização dessa taxa e nós não podemos, sob pena de irresponsabilidade, nos colocar como posição de princípio, contrários a todos aqueles instrumentos que garantem a consecução das políticas públicas. E eu acho que é preciso romper a contradição, de um lado desejar investimentos pesados do setor público, junto a iniciativa de outro lado não garantir ao Estado a possibilidade, e inclusive de natureza financeira para a consecução das suas políticas



públicas.

De modo que o voto aqui não é um voto que se faz no fecho da nossa Sessão Extraordinária. Evidentemente esta é uma matéria que só pode ser apresentada agora, porque agora é que nós temos um instituto ambiental unificado e nós temos também unificada a política de meio ambiente do Estado, que é o principal dado, é o principal dado no setor nos últimos anos e que coloca o Paraná numa posição de vanguarda, e que com certeza deverá se refletir nesse próximo período e com esta medida nós vamos estar viabilizando um instituto, que é um instituto de referência nacional e que é o instituto que vai conseguir executar políticas públicas com maior interesse e do maior alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento com o seguinte teor:

(Lê): "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para o Projeto de Lei nº 430/92, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Sala das Sessões, 23 de dezembro de 92".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Fregonese requer votação nominal para o projeto.

O SR. ERONDY SILVERIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, esta Casa precisa, através dos seus membros, acabar com o terrorismo político. Isto até agora tem sido privilégio da Bancada do PT - requerer votação nominal para tentar comprometer a imagem do Deputado perante a população paranaense.

Eu acho que o Deputado que aqui estão representa a parcela do povo, tem personalidade suficiente para declarar o seu voto. Eu votarei contra o requerimento e a favor da mensagem, porque esse requerimento nada mais é do que um terrorismo que tenta se fazer dentro desta Casa. Lamento que um Deputado tome iniciativa deste teor, porque eu acho que todos os Senhores Deputados têm responsabilidade e devem saber como dar o seu voto nas matérias que por aqui tramitam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento é regimental. Vou submetê-lo a votos.

O SR. ERONDY SILVERIO - Eu sei que é regimental...

(Vozes paralelas)

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Eu gostaria de acalmar o Deputado Erondy Silverio, Deputado aqui decano da Assembleia Legislativa, mas eu não faço terrorismo. Eu aprendi uma coisa: nunca vou pedir desculpas por ser Deputado. E vou dizer mais aqui: Deputado...

O SR. ERONDY SILVERIO - Só para defender os postos de gasolina...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu vou, Deputado Anibal Khury, só gostaria de dizer ao Deputado, infelizmente de outrora, Erondy Silverio, que cabelos brancos, Deputado Erondy Silverio, podem ser sinônimo de velhice, nunca de sabedoria e inteligência.

Eu gostaria, regimentalmente...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - O Senhor não diz que não é burro, mas é mal-educado e sem educação. Infelizmente o Senhor quer ganhar no grito e no grito o Senhor não ganha, infelizmente no grito o Senhor não ganha. No grito o Senhor não ganha Deputado Erondy Silverio. O Senhor, infelizmente, o Senhor tem que pegar, passar pela fila do INAMPS e pegar a sua aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de votação nominal, conservem-se como estão.

(Pausa)

Os Senhores Deputados que aprovam a votação nominal, queiram levantar-se.

(Pausa)

Vinte e um rejeitam, quinze aprovam. REJEITADO O REQUERIMENTO.

Em votação o Projeto de Lei nº 430/92. APROVADO.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para que se processe a verificação de votação, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para que se processe a verificação de votação é necessária a chamada nominal. Vossa Exce-



lência quer a chamada nominal ou quer a verificação de votação?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu quero a chamada nominal para fazermos a verificação de votação, como tem sido praxe nesta Assembleia Legislativa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E um dos dois, Deputado. Vossa Excelência deve escolher.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 29 (vinte e nove) Senhores Deputados responderam à chamada nominal. Há "quórum" para votação.

Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. PLAUTO MIRO - Senhor Presidente, quero registrar meu voto contrário à aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 25 (vinte e cinco) Senhores Deputados aprovam o projeto.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 02 (dois) Senhores Deputados rejeitam.

O projeto está APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/92, que objetiva instituir a Taxa de Segurança Preventiva (TSP) e criar o Fundo de Modernização da Polícia Militar (FUMPM). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 167, de 23.11.92 - Mens).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 356/92

##### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo de mensagem governamental, tem por objetivo instituir a Taxa de Segurança Preventiva e criar o Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Esta Comissão é chamada a opinar quanto à constitucionalidade e legalidade do referido.

Nada encontramos que possa impedir a normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos pela aprovação, ma-

nifestando-nos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.92.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Aprovado.

O SR. PAULO MAIA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Por gentileza, eu me perdi aqui no projeto que Vossa Excelência aprovou. O projeto que Vossa Excelência acaba de pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nº 356/92. Está aprovado o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/92, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. COM EMENDAS. (Publ. no D.A. nº 167 de 23.11.92 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo 9059/92

Projeto de Lei nº 354/92

Súmula: Altera dispositivos que especifica, da Lei nº 8.925 (IPVA).

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 112/92

##### PARECER:

Trata-se de mensagem do Senhor Governador do Estado, em que atendendo pedido do Secretário da Fazenda, propõe alterar a tabela de valores do IPVA e outras alterações substanciais.

Do ponto de vista legal, constitucional, nada temos a opor, pois trata-se de matéria de competência do Poder Executivo e a esta Casa cabe a apreciação.

Portanto, opinamos favoravelmente a sua aprovação, cujo mérito será muito provavelmente discutido em Plenário. No entanto, condicionamos nosso parecer as emendas em anexo, modificativas, que visam alterar texto do projeto de lei encaminhado, pois ao nosso ver, não traduzem a necessidade de se dar ao contribuinte o devido direito. Assim é que na primeira emenda, visamos modificar o § 4º do artigo 3º, onde colocamos a vigência para 1º de janeiro de 1993 e não novembro deste ano, como diz a mensagem. Ora, entendemos que mantido o texto original, haveria aumento da carga tributária. Na segunda emenda, estamos propondo alterar o texto de mensa-

gem, de tal forma que quando do pedido de restituição de pagamento indevido, o contribuinte tenha a correção a partir do pagamento até a data da efetiva restituição e não até o deferimento. Uma justa medida, que contempla os interesses do contribuinte. É fato conhecido que o Estado sempre atrasa o pagamento, bem após o deferimento. Daí nosso cuidado em propor esta emenda, garantindo a correção até o ato do efetivo ressarcimento.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

PROJETO DE LEI Nº 354/92

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º - Alteração 1ª....

"§ 4º - O valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do artigo 2º, será o constante da tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense expresso em cruzeiros, convertido em Fator de Conversão e Atualização (FCA) no 1º dia do mês de janeiro do exercício do fato gerador, para aplicação do valor deste FCA no dia do pagamento do imposto".

Sala das Comissões, em 15.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02

Art. 1º - Alteração 4ª ...

"§ 2º - No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita, a requerimento do contribuinte ou de seu representante legal, conforme mencionado no "caput" deste artigo, à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, tomando por termo inicial a data do pagamento indevido e por termo final a data do efetivo pagamento pela repartição competente".

Sala das Comissões, em 15.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu entendo que se faz necessário que nós possamos suspender a sessão por alguns minutos, para que possamos aprofundar um pouco mais as discussões com relação ao IPVA. Todos sabemos que existem duas mensagens na Assembleia Legislativa tratando do assunto, uma delas que propõe aumento de alíquota e outro que propõe a manuten-

ção das alíquotas vigentes.

Nos diversos contatos que mantivemos com os Deputados durante a semana e no dia de ontem, pelo menos umas três propostas nos chegaram ao conhecimento, algumas delas propondo algumas pequenas modificações no que diz respeito as cobranças do IPVA.

A sugestão que nós temos, Senhor Presidente é que nós pudéssemos suspender a sessão, para que nós possamos chegar a um entendimento e vemos qual o procedimento que adotariamos na sequência, se aprovaríamos então as duas mensagens em qual delas concederíamos a emenda, ou se rejeitaríamos uma delas e emendaríamos uma outra.

Então como o assunto talvez é o mais polêmico no dia de hoje, nós gostaríamos que Vossa Excelência abrisse essa oportunidade para nós de dialogarmos e ainda façamos uma segunda sugestão Senhor Presidente, que nós pudéssemos votar o item 1 e o item 2 da pauta e logo em seguida faríamos essa suspensão dos trabalhos para estabelecermos o diálogo costumeiro que temos mantido com os Deputados dessa Casa.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente eu sou contrário a suspensão dos trabalhos apenas por essa razão, porque a pauta dos trabalhos está bem clara, há uma mensagem do Senhor Governador do Estado, de 1991, que esta Casa jamais quis apreciar porque aumenta consideravelmente as alíquotas do IPVA. O Senhor Governador pressentindo que não teria o respaldo do Poder Legislativo para esse aumento abusivo, manda a Mensagem nº 354/92 mantendo as mesmas alíquotas, mas criando um fator de correção diária que dará efetivamente ao Estado um substancial aumento da sua receita, porque não são poucas as pessoas que atrasam o pagamento do IPVA.

Então eu acho que a Casa tem que definir, existe uma mensagem que está contra o povo que é a Mensagem nº 153/92. O parecer da Comissão de Justiça foi pelo arquivamento desta Mensagem e pela apreciação da Mensagem nº 354/92, se o Senhor Líder do Governo quiser ele pode inserir nesta Mensagem e as emendas que bem entender e a Casa as apreciará também de maneira que bem entender.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos a sugestão do nobre Líder da Bancada do Governo para que se suspenda a sessão por vinte minutos a fim de que se estudem os Projetos nºs 354, 068 e 153/92. Senhores Deputados que concordam com a situação dos trabalhos conservem-se como estão.

Aprovado.

A sessão está suspensa até no máximo 20 minutos.

Está reaberta a sessão.

Annuncio a presença do Dr. Walmor Weis - Presidente da Associação Nacional das Empresas de Cargas e vice-Presidente - FIEP.

O SR. ORLANDO PESSUTI (*Pela Ordem*) - Senhor Presidente, ouvindo as lideranças dos Partidos desta Casa - pelo menos a maioria das lideranças - entendeu-se que o caminho mais correto que deveríamos adotar neste momento é o de aprovarmos o Projeto 354/92 que propõe a Lei do IPVA para 1993, mantendo as atuais alíquotas do IPVA no Estado do Paraná.

Em razão disso solicito aos Senhores Deputados que venhamos a dar aprovação ao Projeto de Lei nº 354/92 e encaminho requerimento a Vossa Excelência pedindo a retirada da Mensagem 038/92 - Projeto 153/92, dado que se aprovarmos o 354/92 não há necessidade de discutirmos o outro projeto.

Então solicito a Vossa Excelência que coloque apenas em votação o 354/92, projeto esse que mantém as mesmas alíquotas para o IPVA no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (*Aníbal Khury*) - Em votação o Projeto de Lei nº 354/92.  
**Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/92, modifica a redação dos incisos I e II, do art. 4º da Lei nº 8925 alterada pelas Leis nºs 9.166 e 9.886, que versam o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Com PARECER da C.C.J. pelo arquivamento. (Publ. no D.A. nº 71 de 27.05.92 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 153/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por objetivo modificar a redação dos incisos I e II do artigo 4º da Lei nº 8925, alterada pelas Leis nº 9166 e 9886, que versam sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Esta Comissão de Constituição e Justiça se manifesta pelo arquivamento da presente mensagem face aos motivos expostos na Mensagem Governamental nº 354/92, onde ficam mantidas as mesmas alíquotas atualmente existentes.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.12.92  
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
LOURENÇO FREGONESE - Relator

Vossa Excelência está endereçando a Mesa requerimento solicitando a retirada ou o arquivamento do 153/92, como propõe a C.C.J. Vou submeter a votos a solicitação da C.C.J. Senhores Deputados que são pelo arquivamento, e conseqüente rejeição.

**Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/92, dispõe que a fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção de flora e fauna no Estado do Paraná é de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, conforme específica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENARIO sem pareceres.

Sobre o referido projeto, emendas em nº de 03 (três) nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI Nº 068/92 EMENDA CORRETIVA DE PLENARIO Nº 02

Art. 1º - O artigo 1º do Projeto de Lei em tela passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - A fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção da flora e da fauna no Estado do Paraná é de competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que aplicará as sanções decorrentes de infração administrativa ambiental, sem prejuízo da penalização por ilícitos penais e civis."

Art. 2º - O § 1º, do artigo 2º, do Projeto de Lei em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

§ 1º - Da decisão administrativa caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias ao Secretário de Estado do Meio Ambiente."

Sala das Sessões, em 23.12.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Dobrandino da Silva, Eurides Moura, Djalma de Almeida César, Toti Colaço

#### EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 03

Artigo Único - O artigo 2º do Projeto de Lei em tela fica acrescido de parágrafo Único com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Os valores cobrados serão idênticos aos estipulados pelo órgão federal competente."

Sala das Sessões, em 23.12.92

(a) ERONDY SILVERIO

Apoiamento: Arlindo Troian, José Arthur Ritti, Edson Silva Lino, Nelson Garcia.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 04

Inclua-se no art. 3º do Projeto de Lei nº 068/92 a seguinte expressão:

Art. 3º - ..., exceto quando se tratar de desmatamento, ressalvados os imóveis com área de até 200 hectares.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(aa) OVIDIO CONSTANTINO.

ERNANI PUDELL

Apoio: Lourenço Fregonese, Emilia Belinati, Paulo Maia

**Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Renato Adur, Arlindo Troian e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de comissão geral para apreciação de emendas apresentadas aos projetos de lei a serem discutidos e votados na sessão ordinária e nas sessões extraordinárias convocadas para a data de hoje. **Aprovado.**

Segunda discussão do Projeto de Lei nº 068/92. Em votação Projeto ressaltadas as emendas. **Aprovado.** Para a próxima sessão a Mesa vai designar os relatores.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 154/92, objetiva acrescentar parágrafos ao art. 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 (Criação de Municípios). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu, mais uma vez, apelo a Vossa Excelência para que possamos suspender a sessão por uns 5 minutos para tomarmos conhecimento dessa Emenda do Deputado Annibelli, dado que este projeto foi amplamente debatido, passou por reuniões e foi apresentado um Substitutivo Geral da lavratura do Deputado Cartário, Nelson Justus e Cezar Silvestri. Então o ajuste que havia sido feito era no sentido de se aprovar o substitutivo geral, como surgiu uma emenda eu apelo a V.Exa. para que possamos, em 5 minutos, chegarmos a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A emenda do Deputado Annibelli é a seguinte: "O maquinário cedido em regime de comodato pelo Estado a Prefeituras Municipais, até o dia 3 de outubro último, permanecerá definitivamente com o Município."

Suspendo a sessão por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está

reaberta a sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Peço a palavra, Sr. Presidente.

Das conversações que realizamos nós fizemos algumas ponderações, em especial ao Deputado Antônio Annibelli.

A matéria proposta pelo Deputado, através da emenda, ela encontra-se, na nossa avaliação, "sub judice", nesta Assembleia Legislativa, porque projeto de lei neste sentido foi aprovado pela Assembleia, vetado pelo Governador e o veto ainda não foi apreciado por este Plenário. Portanto, na nossa avaliação pessoal nós não poderíamos estar legislando sobre este assunto que encontra-se pendente ainda na Assembleia Legislativa, em cima do veto.

E de outra forma, Sr. Presidente, nós já o fizemos diretamente ao Deputado Annibelli, e gostaríamos de fazer agora, funcionando a sessão plenária, um apelo no sentido de que ele retire a sua emenda para que nós possamos aprovar o substitutivo, que é fruto do entendimento, que é fruto de diversas discussões e debates, com a participação inclusive de V.Exa., Deputado Anibal Khury, e dizer a V.Exa. que nós estivemos, e também ao Deputado Annibelli, que nós estivemos, durante esta semana, conversando com o Governador Mário Pereira, motivados pelo Deputado Alceu Swarowski, e as informações que nós temos do Secretário dos Transportes, hoje nosso governador de Estado, é que os ofícios que estão sendo remetidos a algumas Prefeituras são meramente compromissos da burocracia que envolvem o Governo do Paraná e os compromissos com o Banco Mundial. Porque estas máquinas são máquinas do Pró-Rural, que foram financiadas com recursos do Banco Mundial. E que se faz necessário todos os anos renovar estes comodatos. Estas máquinas estão cedidas através de um instrumento correto que é o comodato.

Nos assegurou o Governador Mário Pereira, Secretário dos Transportes, que nenhuma máquina será retirada dos municípios aonde elas se encontram. Não existe aí nenhuma retaliação política com Prefeitos de Oposição ou coisa parecida, é apenas e tão somente uma medida de ordem burocrática que será devidamente sanada, como o foi no ano passado, quando também foi solicitada devolução de máquinas.

Então, nesse sentido eu apelo ao Deputado que retire a Emenda e que votemos favoravelmente ao substitutivo de autoria dos Deputados Cartário, Nelson Justus e Silvestri.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu agradeço ao Líder do Governo, Orlando Pessuti, que tira o terrorismo da cabeça dos novos Pre-

feitos a partir da palavra oficial do Governo.

Porque há questão de uma semana recebemos do Prefeito eleito, por acaso do PDT, do Município de Piên, uma preocupação porque estaria sendo retirada uma patrula daquele Município. Ontem recebemos do Prefeito eleito de General Carneiro, que, por coincidência também é do PDT, que seria retirado daquele Município uma retroescavadeira. Tivemos a liberdade de entrar em contato com o Governador em exercício, Mário Pereira, e ele nos dizia que se realmente fossem retiradas as máquinas, mas que seriam retiradas, ele procuraria devolvê-las. Mas para que fazemos, em véspera de posse um terrorismo aos municípios da Oposição?

E se for para retirar as máquinas e devolvê-las, que burocracia, que passeio de maquinário, ou será a pressão em cima de prefeitos, pressão em cima de Deputados, ou para jogar um parlamentar contra outro, ou procurar fazer pressão em cima do munícipe, aquele que democraticamente elegeu seu prefeito. Eu acho que o resultado das urnas deve ser preservado, principalmente neste país onde procura-se casar o presidente corrupto; onde brigamos para tapar os buracos das estradas; onde não pagamos um preço justo ao agricultor; onde se pretendia aumentar o IPVA dos caminhoneiros.

Eu acho que o governo se faz com seriedade sem tumultuar a cabeça dos prefeitos que já estão com milhares e milhões de cruzeiros endividados com desfalques, com problemas com o Tribunal de Contas. E hoje víamos um prefeito do PMDB na televisão a dizer que a sua prefeitura está invadida por funcionários e credores e vem a busca de dinheiro para pagar o 13º e o salário dos funcionários.

E isso que nós não queremos. Nós queremos uma tranqüilidade de Natal, de Ano Novo, de administração sadia e eleita democraticamente pelo povo brasileiro e pelo povo paranaense.

E nesse sentido, nobre líder Orlando Pessuti, já que V.Exa. assume o compromisso perante a Casa e ao Estado do Paraná de que o Governador em exercício e Secretário dos Transportes Mário Pereira, não vai retirar de nenhum município, nem do PMDB, nem do PDT, nem das oposições e nem do Governo, eu retiro a minha emenda com a palavra de V.Exa.

Porém se algum prefeito tiver as suas máquinas retiradas, seja de que partido for, eu irei a esta tribuna, na época oportuna, irei ao Governador, à praça pública, irei clamar a população do município que se fizer isso para que, se não conseguirmos isso pela força do povo, nós iremos incendiar essas máquinas. Por-

que eu acho que hoje tem que se respeitar o povo, porque com a vontade popular não se mexe. Chega de usarmos a pressão e a ditadura nas causas democráticas.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, queria inicialmente cumprimentar a Comissão de Justiça desta Casa e, especialmente o Deputado Erondy Silvério, presidente, quando de um entendimento com o líder da bancada governista Deputado Orlando Pessuti, resulta esse entendimento de arquivamento da Mensagem nº 38/92, que era uma ameaça a todo proprietário de caminhão e automóvel deste Estado. Foi uma iniciativa infeliz do Governador do Estado, que esta Casa corrige em tempo.

As vezes me pergunto, vale a pena comparecer às sessões, ou vale a pena até a existência do Poder Legislativo?

Em momentos como este é que a resposta nós encontramos, vale a pena. É necessário que cinquenta e poucos homens, algumas dezenas pensem também nas decisões de Governo. Não pode ficar restrito ao Senhor Governador, às vezes até por falta de assessoramento melhor.

Não podia deixar de fazer esse registro que é uma decisão plausível desta Casa quando acata a sugestão do Deputado Erondy e, principalmente o Deputado líder da bancada Orlando Pessuti, que entende o alcance da proposta do Deputado Erondy, que transmitia o desejo e pensamento unânime desta Casa.

Mas, Senhor Presidente, havia sobre o projeto em discussão mensagem do Executivo, subscrita pelo ilustre Vice-Governador e Governador em exercício Mário Pereira, que altera a Lei Complementar nº 56. Havia me pronunciado contrariamente, como contrário fui à criação da grande maioria dos municípios que esta Casa criou nos últimos anos, manifestou-me várias vezes pela inoportunidade do meu entendimento e da inconveniência de se criar 50 municípios no Paraná, exatamente por causa dessas coisas.

Mas o Deputado Nelson Justus, que é subscritor de um projeto de lei que altera a Lei Complementar 58, tornando-a mais aplicável com algumas disposições que a Lei atual não tem e não contém, vem agora esta mensagem do Senhor Governador, que prevê e que autoriza transferências de máquinas do município que sofreu desmembramento para os dois distritos transformados em municípios.

É uma situação muito delicada, e o meu voto seria novamente contrário, porém um entendimento dos ilustres Deputados Geraldo Cartário, Nelson Justus e Cezar Silvestri, transformando a mensagem, projeto do

Senhor Governador, num substitutivo geral, eu voto favoravelmente. Mas esta Casa fica advertida para nos primeiros meses de 93, ao votarmos o projeto do Deputado Nelson Justus, para nós o aprimorá-lo.

O Deputado Nelson Justus, ontem, anteontem, quando manifestava-se contrário ao atual projeto, a atual mensagem, ele perguntava: "como transferir maquinários de um município para o outro, temos competência para tanto? Qual é a área desmembrada, qual é o seu critério?". E uma outra pergunta que lembrou o Deputado Nelson Justus: "como ficam os funcionários municipais? Quando nós sabemos que o clientelismo e o empreguismo imperam no País, e no Paraná não podia ser diferente, desmembra-se um município, como ficam os seus funcionários, os compromissos financeiros, as dívidas dos municípios como ficam?". São respostas que devem ser dadas ao projeto do ilustre Deputado Nelson Justus.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado Orlando Pessuti alega que há matéria "sub judice". Eu não entendo bem o que é esse "sub judice".

Deputado Antônio Annibelli apresenta uma emenda "manu militari", mas retira. Nessas condições, vamos aguardar o "sub judice" aqui para o próximo ano legislativo.

Deputado Nelson Justus será relator e vai dar o seu relatório na próxima Sessão Extraordinária.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2144, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2130, de autoria dos Senhores Deputados Ademar Traiano, Carlos Simões, Geraldo Cartário e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Retirado pelo autor.**

Requerimento de nº 2142, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Em votação.

O projeto foi anexado a requerimento do Deputado Colombino Grassano ao 437/92.

O SR. ERNANI PUDELL - Sobre o que é O 414, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria correlata à Mensagem 154/92. Como ele pede que seja ouvido o Plenário, a matéria que poderia ser deferida pela Mesa, vou submeter a voto o requerimento. Os Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dobrandino da Silva, Prefeito eleito de Foz do Iguaçu.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna ainda na condição de Deputado, mas na condição de prefeito eleito que assumo nos próximos dias do meu município, Foz do Iguaçu, para não uma despedida, porque espero que possa por muitas vezes vir a esta Casa, mas encerrando a minha participação como Deputado, gostaria de dizer que foi para mim gratificante nestes dois anos. Pareceu-me um vestibular estes dois anos em que fiz parte deste colegiado que é o Parlamento paranaense.

Muitas poucas vezes usei a tribuna. Procurei até falar menos e ouvir bastante. Até para conseguir entender melhor e adquirir a experiência de pessoas como o nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, como o veterano Erondy Silvério, Deputado Basílio Zanusso e tantos outros que aprendi a respeitar. Aprendi a conviver e respeitar a todos.

Parece-me que Foz do Iguaçu, município de porte médio-grande, precisa de entendimento de todos os escalões do Governo do Estado, seja o Executivo, seja o Legislativo, seja o Judiciário. Posso dizer que nestes dois anos e agora como Prefeito, terei os caminhos abertos, caminhos pavimentados para que possa trilhar num interesse maior da minha comunidade.

Quero neste momento apenas dizer a Vossa Excelência, embora como disse, usando pouco esta tribuna, mas usando o entendimento em todos os escalões do Governo, dos Poderes, consegui ajudar em muito a minha cidade, Foz do Iguaçu. Muitas obras foram realizadas nestes dois anos através deste entendimento. Por isto, não posso deixar de manifestar a minha gratidão, o meu sentimento por ter participado nesse curto espaço de tempo em benefício do povo do Paraná.

O Sr. Basílio Zanusso (Aparte, assentimento) - Deputado Dobrandino, ao despedir-se desta Casa e de seus amigos, Vossa Excelência deixa aqui, sem dúvida alguma, uma lacuna muito grande.

Vossa Excelência falou que não é muito de tribuna, não esteve muito nesta tribuna, mas eu vi Vossa Excelência diariamente durante todo esse período que Vossa Excelência esteve aqui honrando esta casa, trabalhando, acompanhando prefeitos, vereadores, eu o vi acompanhado de seus assessores nas Secretarias, nos órgãos de Governo.

Vossa Excelência é um trabalhador incansável e que honrou a sua região, e que teve como prêmio essa votação expressiva de Foz do Iguaçu, tornando-o pela segunda vez Prefeito desta grande cidade.

Portanto, Vossa Excelência é um homem político que passa por esta Casa deixando a sua marca de homem de trabalho, competente, capaz e inteligente, tanto assim o resultado das urnas. Vossa Excelência tem, além da nossa admiração, nossa estima, tem o respeito da sua gente, lá da sua cidade, da sua região.

Desejo que a sua administração tenha todo êxito, que Vossa Excelência realize na sua cidade a administração melhor possível, aquela que sonha Vossa Excelência e desejo felicidade à sua família e à população de sua cidade.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Eu agradeço as considerações do Deputado Basílio Zannusso e concedo aparte ao Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Deputado Dobrandino, é com muita emoção que vemos Vossa Excelência na tribuna emocionado. Não poderia ser diferente, Vossa Excelência que tem cheiro de povo, Vossa Excelência que foi Vereador em Foz do Iguaçu, Vossa Excelência que foi Prefeito de Foz do Iguaçu, e com Vossa Excelência nós tivemos a felicidade de conviver no velho MDB, participando de lutas políticas em favor da causa paranaense, com o apoio de Vossa Excelência foi a minha candidatura em 1978.

Vossa Excelência teve uma vitória maravilhosa em Foz do Iguaçu, derrotando a Prefeitura Municipal e fazendo da sua vitória a vitória do povo. Eu falava com Vossa Excelência hoje cedo, dizendo da tristeza que nós tínhamos em perdê-lo do convívio desta Casa, mas, em compensação, tínhamos na nossa divisa, na fronteira com a Argentina, com o Paraguai, um amigo e um amigo do povo que lá estaria a administrar um polo turístico, uma cidade onde todos os brasileiros e os estrangeiros lá aportam para conhecer as Cataratas, lá aportam para fazer o turismo. E nas mãos de Vossa Excelência nesses próximos quatro anos terá um Prefeito sério, digno e honrado, e principalmente sensível às causas populares, e o povo precisa de um mandatário que saiba as dificuldades do trabalhador, do pobre, do carente, do desassistido, da mãe, do pai, do desafortunado, daquele que não tem o pão para dar à boca de seu filho.

Eu tenho certeza que Vossa Excelência em Foz do Iguaçu continuará aquele primeiro mandato que foi de Prefeito e agora nesses próximos quatro anos fará grande administração pela sua sensibilidade. Que Deus lhe acompanhe e lhe abençoe e aqui na Assembléia nós estaremos torcendo pelo seu sucesso e apoiando as suas reivindicações.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Muito obriga-

do, Deputado Antônio Annibelli.

Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Em nome dos companheiros da Bancada do PST e em meu nome, quero dizer ao nobre companheiro ex-vereador, ex-prefeito, companheiro Deputado e futuro Prefeito de Foz do Iguaçu, que estamos torcendo pela sua administração.

No governo passado, no Governo Alvaro Dias, o nobre companheiro entrava pela porta da cozinha, conversava e sabia da amizade dos dois companheiros. E Deus fez o mundo de tal forma que nos ensinou o caminho e nos falou: "Filhos, aprendam a caminhar". O destino é prova disso. Saiu Alvaro Dias do Governo e o nobre companheiro volta à Prefeitura; volta à Prefeitura em uma época em que, bem provavelmente, assumirá a presidência da Itaipu Binacional o ex-Governador Alvaro Dias. Isso é bom para o Brasil, é bom para o Paraná e, com certeza, meu nobre companheiro, será bom para o seu Governo em Foz do Iguaçu. Você na Prefeitura, Alvaro Dias na Itaipu, no comando do Partido Social Trabalhista do Brasil. Oxalá não venha até a disputar outros cargos a nível nacional. Há um bom entendimento da sua parte e do nosso companheiro, o nosso amigo Alvaro Dias.

Acompanhei o seu mandato passado, em Foz do Iguaçu, de muitas realizações, realizações sérias, corretas, sem as maracutaías, sem as falcatuas que hoje o Brasil e o Paraná sabem, aconteceram em Foz.

Os nossos companheiros do PST, Alvaro Dias, futuro Presidente da Itaipu Binacional, estamos todos torcendo para a sua posse, porque a sua posse vai dar, com certeza, dias melhores a Foz do Iguaçu.

Parabéns pela eleição, parabéns antecipado pela posse e eu tenho certeza do sucesso. Nós vamos lá aplaudir e torcer por você. Que Deus lhe proteja.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Eu agradeço a intervenção do Deputado Nilton Barbosa e ele terá certeza de que a nossa intenção, através do entendimento, do conhecimento e amizade com o ex-Governador Alvaro Dias que é o meu amigo pessoal, já trabalhamos muito juntos, já me ajudou quando ele era Governador e eu Prefeito em Foz, na minha administração passada. Eu tenho certeza de que nós somaremos os esforços e vamos diminuir o sofrimento da população de Foz do Iguaçu, que é tão grande hoje.

Eu concedo um aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Deputado Dobrandino, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nós queremos cumprimentá-lo



pela sua eleição em Foz. Foi uma eleição brilhante, uma votação expressiva, com certeza o reconhecimento da população daquela cidade pelos trabalhos que Vossa Excelência já prestou como prefeito. Vossa Excelência, eu tenho certeza, saberá administrar aquele grande município com muita sensibilidade e competência.

Vossa Excelência, de certa forma, nós sabemos, terá uma cidade com problemas sociais muito graves, acumulados durante muito tempo. Foz do Iguaçu é uma cidade que cresce, talvez no Paraná o maior crescimento hoje, mas ela também tem o privilégio de ter excelentes receitas. Eu tenho certeza de que Vossa Excelência terá sabedoria, terá competência e sensibilidade para resolver os problemas sociais ou, pelo menos, amenizar os problemas sociais mais graves daquele município e, ao mesmo tempo, saberá fazer com que Foz do Iguaçu sofra um impulso de progresso, de desenvolvimento permanente, um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo equilibrado, justo e eu, em nome da Bancada do PT, apenas lhe desejo muita luz, muita lucidez, para que Vossa Excelência consiga desenvolver o seu trabalho de acordo com a expectativa da população de Foz. Sabemos que Vossa Excelência é um político muito leal aos seus princípios, aos seus companheiros, sabemos que Vossa Excelência é muito trabalhador e muito popular na sua cidade.

Esperamos e torcemos para que o seu governo seja um exemplo, porque Foz do Iguaçu, nós sabemos, é a grande porta do Paraná, aberta para o Brasil e para o mundo. Vossa Excelência fazendo um bom trabalho em Foz, estará engrandecendo todo o Paraná e todo o Brasil.

Nós temos certeza que Vossa Excelência conseguirá e desejamos muito boa sorte no seu trabalho.

**O Sr. Lourenço Fregonese** - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Meu amigo Dobrandino, meu amigo Deputado, meu amigo Prefeito, meu amigo do Cantinho de Antonina, eu não vou dizer nada, porque meus nobres colegas já disseram e você merece. Eu, como teu amigo, Dobrandino, só te peço uma coisa: continue a ser o grande sujeito que você é, porque não existe, sendo Álvaro Dias governador, como Jaime Lerner governador, sendo José Eduardo governador, você sendo o grande sujeito que você é, nenhum governador jamais vai te fechar as portas. Aqui na Assembléia, conte com o nosso apoio, com o apoio dos teus amigos, porque se a gente leva uma coisa boa daqui de dentro, é a amizade que nos une.

Parabéns, boa sorte e até breve.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA** - Obrigado, Deputado Lourenço Fregonese.

Eu concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin** - Deputado Dobrandino, eu serei breve, porque os companheiros aqui já comentaram e teceram os elogios merecidos por Vossa Excelência, que devido hoje a emoção em deixar a Assembléia Legislativa e assumir outro cargo popular pelo voto popular.

Vossa Excelência é um cidadão popular, é um municipalista, é um homem sério que dignificou a cadeira que ocupou aqui na Assembléia Legislativa e deixa aqui, com certeza, os 54 Deputados torcendo para que possa fazer uma prefeitura que atenda interesses populares e deixe com certeza, aqui, 54 Deputados para ajudá-lo a administrar, intermediar interesses junto ao Governo do Estado, para que Foz do Iguaçu receba a atenção merecida, porque Foz do Iguaçu é hoje um polo turístico muito forte, muito importante, que diariamente lá agrega pessoas do mundo todo, que divulga o nosso Estado do Paraná.

Foz do Iguaçu é um município da maior importância para o Estado do Paraná, e portanto, merece a atenção do Governo do Estado e dos Deputados do Paraná.

Parabéns, felicidades, muita alegria, um abraço.

**O Sr. Paulo Maia** - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre companheiro Dobrandino, temos a certeza que o seu retorno à Prefeitura de Foz do Iguaçu foi pela credibilidade adquirida por Vossa Excelência quando prefeito daquele município.

Em nome da Bancada do PDT, queremos desejar-lhe de coração, uma gestão profícu e com certeza voltada para os interesses de Foz do Iguaçu.

Nós temos certeza que hoje Foz do Iguaçu tem um dos problemas sérios que o Brasil tem, que é o problema da criança e do adolescente, sabemos que é uma das suas metas, sabemos da seriedade do seu trabalho e a Bancada do PDT se solidariza na certeza de uma segunda gestão tão profícu e tão verdadeira e tão honesta quanto foi a sua primeira. E como bem disse o companheiro Fregonese e como disseram outros companheiros, se Vossa Excelência teve as portas abertas do Palácio Iguaçu nas gestões dos atuais Governadores, com certeza as terá também na gestão do Governo Jaime Lerner, em 95.

Muito obrigado.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA** - Muito obrigado, Deputado Paulo Maia, e quero dizer

ao nosso Presidente desta Casa e a todos os Parlamentares, que interrompo o meu mandato pela metade para assumir a Prefeitura de Foz do Iguaçu. É um desafio, uma tarefa árdua, mas tenha certeza, Presidente, que como membro que fui desta Casa, jamais envergonharei esta Casa por qualquer ato que seja.

Portanto, agradeço a Vossas Excelências, e quero dizer que mais uma vez eu reconheço que aprendi muito no convívio desta Casa e que para mim foi muito gratificante.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apesar do Líder da nossa bancada, Deputado Paulo Maia, já ter feito um aparte, eu não poderia me furtar, Deputado Dobrandino, de fazer um certo comentário.

Eu estive esta semana em Foz do Iguaçu e lá estive várias vezes nos últimos dois anos e pude constatar pessoalmente o carinho, o respeito que a população de Foz do Iguaçu tem por Vossa Excelência, principalmente as pessoas mais carentes e também tive oportunidade, através de um jornal local, de ler o histórico da sua vida, onde pude constatar a luta sua, uma pessoa que veio de Santa Catarina, proveniente de uma família humilde, e principalmente pelo respeito que a população tem por Vossa Excelência.

Quando o Senhor fala que jamais decepcionará a Assembléia Legislativa, eu posso lhe garantir que o Senhor já engrandeceu a Assembléia Legislativa, porque apesar do desgaste que o homem público tem, principalmente no Legislativo, tem com a comunidade, eu pude constatar a este respeito.

Por isso, eu quero parabenizá-lo e desejar-lhe felicidades no seu mandato.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA** - Obrigado, Deputado Cezar Silvestri, e para finalizar, Senhor Presidente, eu quero agradecer a todos os funcionários desta Casa, que de um modo geral sempre me ajudaram. Houve um entendimento maravilhoso e só levo daqui saudades. Não tive sequer uma única pessoa, seja Parlamentar, seja funcionário, que não me desse tratamento digno.

Portanto, é motivo até de emoção, mas eu quero dizer para vocês que eu agradeço de coração.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Dobrandino, esta Casa, a exemplo de Vossa Excelência, se emociona neste momento. Emociona-se porque o momento, embora anteceda a uma grande alegria que ocorrerá no dia 1º de janeiro na Cida-

de de Foz do Iguaçu, com a sua posse, com a sua volta à frente da administração pública municipal, este momento que vivemos hoje é um momento de tristeza para nós os Deputados Estaduais do Paraná, que iremos perder o convívio diário com Vossa Excelência.

Nós conhecemos o Dobrandino de muitos anos. Conhecemos o Dobrandino anteriormente pelo seu trabalho, pela sua luta como Vereador, como líder popular, líder político num município onde Prefeito não era eleito pelo povo, numa região realmente bastante importante deste Estado e desde aquela época nós aprendemos a admirar o trabalho do Dobrandino que se consolidou a partir do momento em que ele foi ser Prefeito de Foz do Iguaçu, eleito pelo voto popular.

Veio a esta Assembléia e na Assembléia demonstrou realmente uma capacidade de trabalho muito grande nas Comissões Permanentes, nas Comissões Especiais, nas CPI's onde participou e neste Plenário, demonstrando sempre firmeza nos atos e nas atitudes que praticava.

É um momento realmente de emoção para nós, de tristeza e de alegria e a vida é feita assim: de momentos alegres e de momentos tristes.

Hoje, estamos entristecidos com a sua saída. Amanhã, estaremos todos alegres, festejando a sua posse à frente do Município de Foz do Iguaçu, onde Vossa Excelência irá cumprir uma missão tão importante quanto, talvez, a missão de um Governador de Estado, naquilo que se refere a representar, como embaixador deste Estado, o Paraná, perante todos aqueles visitantes que vêm ao nosso estado. Mais, talvez, do que o próprio Governador, Vossa Excelência, sendo Prefeito do principal polo turístico deste Estado, terá que estar estruturado para bem receber os visitantes do Paraná, do Brasil e do mundo, que comparecem a Foz do Iguaçu.

E quero, neste momento, Deputado, reconhecer a emoção de Vossa Excelência e dizer da grandiosidade da vossa pessoa, do respeito que tem Vossa Excelência para com este Parlamento, vindo aqui, num momento de tristeza para Vossa Excelência, apertar a mão dos seus companheiros, dizer um "até logo", vindo a esta Casa que o acolheu, despedir-se de seus colegas. Coisas que nem todos fazem ou que nem todos fizeram, nesta mesma legislatura. Demonstrando o respeito que Vossa Excelência tem para com seus colegas e para com esta Casa. Estaremos ao seu lado, marchando ao seu lado, ao lado de Foz do Iguaçu, porque é, realmente, uma das maiores e mais importantes cidades do Paraná!

Tenha sucesso, como sempre teve na sua vida, que foi construída pelo trabalho,

pela seriedade, pela dedicação e pelo respeito aos companheiros e amigos que constitui ao longo de sua vida!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Obrigado, meu nobre líder, meu amigo pessoal, Orlando Pessuti. Eu quero deixar aqui aos nobres Deputados, que Foz do Iguaçu terá o maior prazer em recebê-los. Lá não há apenas o Prefeito para atendê-los. Tem o Dobrandino, que é amigo de vocês todos. Que Deus ilumine vocês todos!

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dobrandino, em nome da Mesa, quero desejar a Vossa Excelência pleno êxito na Prefeitura de Foz do Iguaçu, município que tem a maior hidrelétrica do mundo, que representa o máximo do turismo brasileiro. E que por certo, sem dúvida alguma, será um dos maiores municípios do Estado do Paraná, dentro de pouco tempo.

Vossa Excelência, generoso como é, honesto, empreendedor, vai dar uma demonstração a todo o Paraná e a todo o Brasil, que o homem humilde sabe governar. Vossa Excelência, como dizia Bernard Shaw, tem a humildade dos grandes homens.

Parabéns a Vossa Excelência!

O Senhor Deputado Albino Corazza Neto

endereça a esta Casa o seguinte requerimento: "Em conformidade com o artigo 69 do Regimento Interno, comunicamos a Vossa Excelência e à Casa a renúncia do nosso mandato, tendo em vista que a partir de 1º de janeiro de 1993, estaremos investidos do cargo de Prefeito do Município de Toledo, pela vontade expressa em voto de absoluta maioria da população tolediana. Auguramos ao nosso sucessor e aos Pares que permanecem no exercício da nova missão, os melhores votos de êxito. E a Vossa Excelência, nosso respeito e estima".

E ato unilateral de vontade. Nestes termos, convoco o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk para assumir, como suplente, na vaga do PDT.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término desta, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92, dos Projetos de Lei nºs 068/92, 354/92, 356/92, 430/92 e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 011/92 e 012/92.

Levanta-se a sessão.